

**86ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DA BACIA DRENANTE À BAÍA DE GUANABARA**

DATA: 08/04/2019 – de 14h00min às 17h30min

COORDENADOR: Indefinido -- RELATOR: Daniel Bicalho Hoefle (SMAC)

<b>Membros da Câmara Técnica</b>	<b>Comparecimento</b>
1- SMAC	Daniel Bicalho Hoefle (RELATOR)
<b>Convidados</b>	.....
2- IPHARJ	Claudio Prado de Mello
3- ANAGEA-RJ	Julio Cesar Jucá
4- SMAC	Izabel Mendes
5-	Alexandre Santana
6-	Janaína Magalhães Angelo
7-	Alba Laurentino
8-	Julio César S. Marins
9- Marinha do Brasil	Caio Cezar Pereira Demilio

Assuntos abordados:

A reunião iniciou-se às 14:00 horas com a aprovação pelos presentes da ata da reunião anterior e uma rodada de apresentação.

O representante da SMAC Daniel Bicalho Hoefle apresentou o convidado palestrante Arqueólogo Sr. Claudio Prado de Mello, presidente do IPHARJ e conselheiro do INEPAC, aos presentes e o convidado Julio Cesar Jucá complementou que conheceu o Arqueólogo por causa da questão do Morro do Cabaceiro na Ribeira e indicou fosse realizada a palestra na presente CT.

O convidado Claudio Prado de Mello palestrou com notório saber sobre os sítios arqueológicos na bacia drenante à Baía de Guanabara. Ressaltou as qualidades naturais da zona costeira local cujos acidentes geográficos formam a Baía de Guanabara com águas mais calmas e mais rasas, em comparação com o litoral oceânico, que propiciam a vida marinha, como ambiente preferencial para o acasalamento e desova de peixes, com abundantes recursos pesqueiros e de moluscos que atraíram as primeiras populações nômades de caçadores e coletores (Sambaquieiros), que posteriormente foram substituídos pelas populações Tupinambás (tribos Tupi-Guarani sedentárias vindas da região amazônica que praticavam a agricultura). Destacou a metodologia arqueológica de exploração das camadas estratigráficas a procura de pedras lascadas, urnas funerárias e fragmentos de artefatos enterrados cada vez mais fundo anos após anos pela deposição de sedimentos sobre os sítios arqueológicos. Ponderou que não existem registros escritos do período pré-histórico e não se sabe se esta primeira população foi dizimada ou miscigenada e aculturada pela sucessora, entendida através datação dos sítios de ambas as culturas, e aludiu que os indivíduos destas apresentavam características fisiológicas distintas pelas ossadas encontradas: os Sambaquieiros eram corpulentos e os Tupinambás delgados. Relatou que posteriormente chegaram as populações europeias e sujeitaram as populações indígenas existentes a dominação a partir de armamentos e de tecnologias mais sofisticadas. Expôs que os sítios arqueológicos de Sambaqui se caracterizam pelo amontoado de conchas, e se distinguem de antigas colônias de moluscos justamente pelo material cultural depositado, que seriam monumentos, mais do que meras áreas de descarte, pelos sepultamentos praticados nestes, que são encontrados ao longo do litoral, sendo os sítios com datação mais antiga na região sul do Brasil, e que foram protegidos pela legislação a partir de 1961. Anteriormente, durante o período colonial e imperial, foram alvos de muita destruição para a fabricação de cal pelas caieiras, face a indisponibilidade local de jazidas conhecidas de pedras calcárias próximas, e destinada como material de construção. Havia caieiras com fornos artesanais, que produziam cal de maior pureza, e caieiras que eram simplesmente fogueiras rústicas em que se queimavam as conchas, que produziam cal impura; esta cal era empregada junto com areia e, talvez, óleo de baleia para aglutinar pedras na construção civil; com isto ocorreu a destruição da maioria dos sítios arqueológicos. Os Sambaqui eram erigidos próximos do mar, contudo, devido às variações do nível médio do mar, que já foi mais alto e mais baixo que hoje em dia em diferentes períodos, estes sítios podem estar a vários quilômetros da costa atual, como por exemplo no COMPERJ em Itaboraí onde foram localizados 45 sítios durante as obras, sendo que metade destes foram destruídos com autorização do IPHAN. Quando da chegada dos europeus, havia duas tribos Tupinambás rivais na área da Baía de Guanabara: os Tamoios, que residiam na costa continental, e os Termiminós, que residiam na Ilha do Governador. Estas populações viviam em guerras tribais e as aldeias eram fortificadas com paliçadas de madeira no entorno destas para defesa durante estes conflitos. Os portugueses tinham o interesse de estabelecer uma colônia de exploração no Brasil, começando com o escambo de Pau Brasil por miçangas e ferramentas com indígenas da costa, que atraiu a cobiça dos franceses em estabelecer também uma colônia na Baía de Guanabara e levou ao conflito, sendo os Termiminós aliados dos portugueses e os Tamoios dos franceses. Liderados por Villegagnon os franceses derrotaram os portugueses e acabaram com o

assentamento português na Urca, em seguida, os Termiminós foram evacuados para o Espírito Santo pelos portugueses em retirada. Villegagnon estabeleceu um assentamento inicial em uma ilha na entrada da Baía de Guanabara e depois migrou para a Ilha de Villegagnon, onde atualmente se encontra a Escola Naval. Alguns anos depois, os portugueses e os Termiminós retornaram para retomar o território. A derrota dos franceses foi possível graças ao Termiminó Arariboia, que atravessou a Baía de Guanabara a nado e explodiu o paiol de pólvora dos franceses. Assim, os portugueses se instalaram no Morro do Castelo e os Termiminós nas proximidades, mas com o crescimento urbano os Termiminós foram forçados a migrarem para a área da Leopoldina e São Cristóvão e depois para Niterói. Informou que em seus trabalhos identificou um sítio arqueológico em São Cristóvão com cerâmicas de têmpera tipicamente indígena, mas com características de influência portuguesas, ao qual atribuiu aos Termiminós. A ocupação no período colonial promoveu aterros nos alagadiços, lagoas e zona costeira em regiões do Centro, Leopoldina e São Cristóvão, que prosseguiram no período imperial e republicano, e por isto são encontrados artefatos arqueológicos em obras com escavação nestas áreas. Destacou que as desapropriações do período imperial tinham indenizações voluptuosas que levavam as famílias a abandonar seus pertences nas casas a serem demolidas e começar vida nova, enquanto, no período republicano, o “bota a baixo” do Pereira Passos pagava indenizações pequenas e as famílias eram retiradas a força, muitas vezes deixando os seus pertences, e o entulho de demolição era empregado nos aterros. Indicou que a prática prosseguiu ao longo do século XX com a destruição do Morro do Castelo e construção do Aterro do Flamengo. Lamentou a destruição de sítios arqueológicos pelas recentes obras do Porto Maravilha e das Olimpíadas como o Lazareto durante as obras da Via Binário e a construção do edifício do Banco Central sobre o Trapiche da Gamboa, que poderia ser desmontado e remontado em outro local. Classificou como temerário o trato do patrimônio arqueológico na última década por estas obras em que não foram realizados os estudos arqueológicos prévios adequados, contrariando as exigências legais, e mediante omissão e leniência do IPHAN por ingerência política. Expôs que a situação se repete em outros Municípios próximos, que testemunhou obras da CEDAE destruindo sítios arqueológicos em São Gonçalo e Itaboraí e também nas obras da BR-101 e em obras da Petrobrás que atingiram o Paiol Imperial da Marinha em Magé e sítios Tupinambás. Adicionalmente, informou sobre os sítios arqueológicos subaquáticos em potencial na Baía de Guanabara e relatou o caso da Nau Rainha dos Anjos que explodiu e foi à pique repleta de finíssimos presentes do Imperador Chinês ao Rei de Portugal e ao Papa de valor inestimável que podem ter resistido devido a terem sido cuidadosamente acondicionados para a viagem e cujo paradeiro não foi localizado ainda e complementou que existem divergências entre a Marinha do Brasil e o IPHAN sobre o patrimônio arqueológico subaquático. Concluiu com a indicação da grande potencialidade de sítios arqueológicos indígenas na Ilha de Paquetá e na Ilha do Governador, onde havia diversas caieiras no período colonial, inclusive já foi encontrado um Sambaqui na área do aeroporto, e destacou a imperiosa necessidade de investigação arqueológica na área da Fazenda do Cabaceiro, com críticas a construção de um condomínio residencial na área também devido ao Solar tombado, e que a localização de um sítio arqueológico Termiminó anterior a chegada dos europeus, que não foi encontrado nenhum até o presente, seria um fato único e inestimável para preencher uma lacuna histórica afeta à formação primordial da identidade da população carioca.

O convidado Julio Jucá concordou com as potencialidades elencadas pelo Arqueólogo Claudio e propôs a criação de um mapeamento com os sítios homologados e em homologação pelo IPHAN com vistas à preservação ambiental deste patrimônio a ser considerado no âmbito das autorizações e licenças expedidas pelo Município.

O convidado Arqueólogo Caio Demilio da Marinha esclareceu que não existe mais qualquer divergência com o IPHAN e que os sítios arqueológicos subaquáticos possuem legislação adicional específica e que o país não é signatário do tratado internacional de patrimônio arqueológico em que as embarcações e seu espólio deveria ser devolvido ao país de origem. Frisou que, pela regra antiga, o explorador poderia ficar com 40% dos achados para cobrir os custos da investigação arqueológica, mas que, atualmente, são emitidas autorizações de exploração pela Marinha e pelo IPHAN a peritos conveniados e que todas as peças ficam com o Museu da Marinha.

A convidada Arqueóloga Alba Laurentino indagou se, no caso dos sítios arqueológicos subaquáticos, os resultados da pesquisa podem ser divulgados.

O convidado Arqueólogo Caio Demilio esclareceu que, dependendo da natureza do sítio, as informações são contingenciadas temporariamente por segurança nacional.

A reunião se encerrou às 17h30.

- PAUTA para próxima reunião: Patrimônio Arqueológico.

- DATA da próxima reunião: 13/05/2019 às 14:00h – Sala de Reunião da SUBMA – 12º Andar CASS